

Os povos indígenas da bacia amazônica e os resultados da COP26

Diante da realidade de uma Amazônia que se encontra em um ponto perigoso de não retorno e da urgência de tomar medidas para mitigar a mudança climática em nível global, apesar das dificuldades de acesso e mobilização limitada devido às restrições apresentadas, com forte convicção e participação histórica, os povos indígenas da bacia amazônica levantaram fortemente nossas vozes para apresentar nossas demandas e propostas do território, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP26, realizada em Glasgow - Reino Unido, de 1 a 12 de novembro de 2021.

Novas pesquisas científicas indicam que o desmatamento e a degradação severa atingiram 22% da Amazônia¹, portanto, ações de proteção se tornam urgentes, já que em poucos anos é possível que a bacia amazônica, como a conhecemos hoje, deixe de existir. Neste contexto, a delegação do Órgão Coordenador das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA nos diferentes espaços da COP26, em unidade, conclamamos os governos e financiadores privados a apoiar o plano "Amazônia 80x25", para conseguir a proteção e recuperação de 80% da maior floresta tropical do mundo até 2025, como uma medida urgente para deter a atual crise climática.

Atingir a meta amazônica exige como compromissos mínimos 100% das terras indígenas legalmente reconhecidas e demarcadas e a alocação de recursos financeiros permanentes para permitir sua titulação e expansão; restaurar pelo menos metade das áreas florestais degradadas; e interromper as atividades industriais para parar a extração de combustíveis fósseis até 2025.

Entretanto, apesar do fato de que a COP26 foi o cenário onde foram gerados importantes laços de cooperação, foram feitos esforços para reconhecer o papel de liderança dos povos indígenas na proteção da natureza e foi assumido o compromisso de duplicar os fundos para os países em desenvolvimento se adaptarem às mudanças climáticas; as ações definidas pelos 197 países signatários do Pacto de Glasgow são insuficientes considerando a atual emergência climática. O documento final mostra uma falta de vontade política por parte dos países mais industrializados e poluidores para uma verdadeira transição energética, pois a eliminação do uso de carvão, combustíveis fósseis e subsídios para sua produção não foi aprovada, apesar de o carvão ser reconhecido como a principal fonte de aquecimento global.

Além disso, foram feitos anúncios atraentes para deter a crise climática, com o Reino Unido, Noruega, Alemanha, EUA, Holanda e doadores privados prometendo US\$ 1,7 bilhão em apoio à proteção do clima. 7 bilhões de dólares para a proteção dos territórios indígenas durante os próximos quatro anos; entretanto, os mecanismos de financiamento não foram garantidos para que os fundos chegassem diretamente aos territórios, já que historicamente os projetos de conservação e proteção do meio ambiente não tiveram um resultado real, e os povos indígenas testemunharam que os compromissos climáticos permaneceram apenas no discurso e no papel.

¹ Resumo dos principais resultados da Amazon for Life: proteção de 80% até 2025, pesquisa realizada pela Rede Amazônica de Informações Socioambientais Geo-referenciadas (RAISG), 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EJgKDjFWjRkhNeDyp-Wj_vRz4O4BoEkb/view?usp=sharing



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Neste contexto, a COICA e suas organizações membros nos nove países da Bacia Amazônica, RESOLVE:

- Liderar e executar uma forte campanha global para a proteção de 80% da Amazônia até 2025, como medida urgente para enfrentar a atual crise climática; com base nos princípios estabelecidos em movimento 129 aprovados pela União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN.
- Gerenciar mecanismos de financiamento direto para os povos indígenas através da iniciativa 80 x 25, como uma ação concreta para garantir que os fundos cheguem diretamente àqueles de nós que habitam e defendem os territórios, como atores-chave com capacidade de oferecer soluções viáveis e concretas para a proteção da natureza e a mitigação da mudança climática.
- Permanecer alerta, vigilante e dar seguimento aos acordos estabelecidos no Pacto de Glasgow, para reconhecer os esforços ou condenar a inação que será evidente no futuro próximo do planeta.
- Empurrar para pactos internacionais e planos estatais para considerar as contribuições determinadas nacionalmente dos povos indígenas - CNDs indígenas - como uma estratégia para reduzir emissões e adaptar-se às mudanças climáticas, com base em nosso conhecimento e sabedoria ancestral para a conservação da natureza, vital para deter danos ambientais, a perda da biodiversidade e o risco de novas pandemias.

Já se passaram 27 anos desde que os países que ratificaram as Convenções das Nações Unidas sobre Mudança Climática se reuniram para definir acordos globais com metas de redução de emissões, mas as metas climáticas não foram atingidas. A crise climática só está piorando, causando cada vez mais perdas, danos e ameaças sociais, econômicas e ambientais, e diante desta situação devemos nos perguntar: Quem é responsável por estes danos? Quem assume as consequências de uma realidade que coloca em risco nossa sobrevivência como humanidade?

É hora de acabar com a hipocrisia e com a conversa fiada. Os governos se comprometem em eventos internacionais a trabalhar para mitigar a mudança climática, mas ao mesmo tempo estão aprovando leis que invadem nossos territórios e violam nossos direitos com a implementação de projetos extrativistas. É hora de que, de uma vez por todas, os países desenvolvidos, as instituições financeiras, as Nações Unidas, as organizações governamentais e não governamentais trabalhem em coordenação com organizações e povos indígenas e transformem em ação os compromissos assumidos para cumprir as metas climáticas e garantir a vida no planeta. Um planeta sem a Amazônia não é possível.

Uma Amazônia viva, uma humanidade segura.

29 de novembro de 2021

Atentamente,

CONSELHO DIREITIVO DA COICA – CDC

José Gregorio Díaz Mirabal
Coordenador Geral da COICA

Calle Sevilla N24-358 y Guipúzcoa - La Floresta. Quito, Ecuador.

Casilla postal 17-21-753 • (593)23226-744

coica@coicamazonia.org

www.coicamazonia.org.ec



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Tuntiak Katán Jua
Vicecoordenador Geral da COICA

Adolfo Chávez Beyuma
**Coordenador de Relações
Internacionais e Cooperação**

Michael John McGarrell
**Coordenador de Políticas
y Direitos Coletivos**

Harol Rincón Ipuchima
**Coordinador de Meio Ambiente
Mudanças Climáticas e Biodiversidade**

Elcio Da Silva Manchineri
**Coordenador de Territórios
e Recursos Naturais**

Tabea Casique Coronado
**Coordenadora de Educação,
Ciência e Tecnologia**

Irvin Ray Harvey Ristie
**Coordenador de Comunicações
e Saúde**

Claudette Labonté
**Coordenadora da Mulher
e Família**

CONSELHO DE COORDENAÇÃO DA COICA – CCC

Marlon Richard Vargas
Presidente CONFENIAE (Ecuador)

Jorge Pérez
Presidente AIDESEP (Peru)

Julio Cesar López
Presidente OPIAC (Colombia)

Thomas Lemmel Benson
Presidente APA (Guyana)

Tomas Candia
Presidente CIDOB (Bolivia)

Eligio Da Costa Evaristo
Presidente ORPIA (Venezuela)

Sirito Yana Aloema
Presidente OIS (Surinam)

Francinara Soares
Coordenadora da COIAB (Brasil)